

caderno de QUESTÕES



- Questões da banca Fundação Getulio Vargas - FGV, selecionadas de acordo com os assuntos mais cobrados nos anos de 2022 a 2025 em provas de nível médio e superior.
- Conteúdo organizado por disciplinas.

1.000

QUESTÕES DA FGV FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Língua Portuguesa
Matemática, Estatística e Raciocínio Lógico
Informática
Direito Constitucional
Direitos Humanos
Direito Administrativo
Direito Penal

Direito Processual Penal
Direito Civil
Direito Processual Civil
Lei de Licitações
Administração Geral e Pública
Administração Financeira e Orçamentária
Redação Oficial

1.000

QUESTÕES PARA A

FGV

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo que você revisa a teoria estudada, você pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1000 questões gabaritadas da banca Fundação Getúlio Vargas - FGV, trazendo as mais recentes questões organizadas segundo as disciplinas e temas de maior incidência em concursos diversos para nível médio e superior.

Separado em disciplinas de acordo com os assuntos mais cobrados, nos anos de 2022 a 2025 para que você conheça os pontos principais e a forma de abordagem da banca.

Neste material, você encontra ainda o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?


- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!


SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	19
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	19
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC).....	19
→ ACENTUAÇÃO.....	19
→ CONVENÇÕES DE ESCRITA (ITÁLICO, SIGLAS, ETC)	20
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	20
→ SUBSTANTIVO	21
→ ADJETIVO	21
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	21
→ PRONOMES PESSOAIS	21
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	22
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	22
→ ADVÉRBIO	22
→ PREPOSIÇÃO	23
→ CONJUNÇÃO.....	23
→ QUESTÕES VARIADAS DE CLASSE DE PALAVRAS.....	23
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	24
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	24
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	24
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	25
→ POLISSEMIA	25
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	25
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	26
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	26
→ ADJUNTO ADNOMINAL X COMPLEMENTO NOMINAL	26
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	26
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	27
→ ORAÇÕES REDUZIDAS	27
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	28
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS)	29
→ CRASE.....	30

→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	31
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA)	31
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	31
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE)	32
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	32
→ LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL	33
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	33
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA, ETC.)	33
→ ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO E FUNÇÕES DA LINGUAGEM	34
→ PARTÍCULA "SE"	35
→ VOCÁBULO "QUE"	36
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	36
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	39
→ PARALELISMO	39
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO	39
→ CLAREZA E CORREÇÃO	40
→ GABARITO 	41


MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO.....45

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	45
→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA.....	45
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	45
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	46
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	46
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	46
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	46
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	46
→ DISTRIBUIÇÃO BINOMIAL	46
→ ESTIMADORES DE MÁXIMA VEROSSIMILHANÇA	47
→ INTERVALO DE CONFIANÇA PARA A MÉDIA	47
→ TESTE DE QUI-QUADRADO	48
→ CONCEITOS INICIAIS E CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS (REGRESSÃO LINEAR SIMPLES)	48
→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES	48
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	48
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	48
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	49
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	49
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	49

→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	49
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	49
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	49
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO	50
→ PORCENTAGEM.....	50
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	50
→ SISTEMA MONETÁRIO	51
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	51
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	51
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	51
→ MATRIZES	51
→ SISTEMAS LINEARES	52
→ TRIÂNGULOS: CONCEITO, ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO (EQUILÁTERO, EQUIÂNGULO, ISÓSCELES, ETC)	52
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	52
→ OUTROS TÓPICOS E QUESTÕES MESCLADAS SOBRE TRIÂNGULOS	53
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	53
→ GEOMETRIA ESPACIAL	53
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	53
→ FUNÇÕES REAIS DE VARIÁVEL REAL (CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL).....	53
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	53
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	54
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	54
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	54
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	54
→ EXERCÍCIOS DE “VERDADE/MENTIRA”	57
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	57
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	57
→ PRINCÍPIO DA CASA DOS POMBOS.....	58
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO DATAS E CALENDÁRIOS.....	58
→ GABARITO 	58


INFORMÁTICA 61

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	61
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	61
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	62
→ WINDOWS 10.....	62
→ WINDOWS 11.....	63
→ WORD 2010.....	63
→ WORD 2013.....	63
→ WORD 2019.....	64

→ EXCEL 2010.....	64
→ EXCEL 2019.....	65
→ POWERPOINT 2019	66
→ WRITER.....	66
→ CALC	67
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	67
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	68
→ GOOGLE CHROME.....	68
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	69
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	70
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	70
→ GOOGLE WORKSPACE	71
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	71
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	72
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	72
→ COMPACTADORES E DESCOMPACTADORES (WINZIP, WINRAR, ETC.)	73
→ EXTENSÃO DE ARQUIVOS	73
→ GABARITO 	73


DIREITO CONSTITUCIONAL.....75

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	75
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	75
→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	75
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	76
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	76
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	76
→ MANDADO DE INJUNÇÃO	77
→ HABEAS DATA.....	77
→ AÇÃO POPULAR	77
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	77
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	77
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	78
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	78
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	78
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	79
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	79
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	80
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	80
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	80
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	86

→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	87
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	87
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	87
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	88
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	88
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS	88
→ FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA, DISCUSSÃO, VOTO, VETO, SANÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO).....	89
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)	89
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	89
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	90
→ DAS SÚMULAS VINCULANTES (ART. 103-A DA CF/1988).....	90
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	90
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	91
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	91
→ LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR (ARTS. 150 A 152 DA CF/1988)	91
→ DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (ARTS. 157 A 162 DA CF/1988)	92
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)	92
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	92
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	92
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	93
→ DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (ARTS. 220 A 224 DA CF/1988).....	93
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	93
→ ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	93
→ GABARITO 	93


DIREITOS HUMANOS..... 95

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	95
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	96
→ INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DH AO DIREITO BRASILEIRO. POSIÇÃO HIERÁRQUICA.....	97
→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	97
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	98
→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)	98
→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 8º E 9º DA LEI Nº 10.741/2003)	99
→ DOS ALIMENTOS (ARTS. 11 AO 14 DA LEI Nº 10.741/2003)	99
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741/2003)	99
→ DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (ARTS. 20 AO 25 DA LEI Nº 10.741/2003)	99
→ DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO (ARTS. 26 AO 28 DA LEI Nº 10.741/2003)	99
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	100
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	100

→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146/2015)	101
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	101
→ LEI Nº 10.216/2001 - DIREITOS E PROTEÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO MENTAL	101
→ DEMAIS ASSUNTOS SOBRE IGUALDADE RACIAL.....	102
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	103
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	103
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE OUTROS ASSUNTOS DE DIREITOS HUMANOS	104
→ GABARITO 	104


DIREITO ADMINISTRATIVO 105

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	105
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	105
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	105
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	106
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	106
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	107
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	107
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	107
→ PODER DISCIPLINAR	107
→ PODER DE POLÍCIA	108
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	108
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	108
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	109
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	109
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	109
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMA S E FUNDAÇÕES DE APOIO)	110
→ LEI Nº 13.303/2016 - ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27)	110
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	110
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	111
→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI Nº 8.987/1995).....	111
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	111
→ LEI Nº 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	111
→ LEI Nº 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	112
→ LEI Nº 13.019/2014 - ESTATUTO DAS PARCERIAS	112
→ LEI Nº 13.460/2017 - DIREITOS BÁSICOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	112
→ CONTROLE JURISDICIONAL	113
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 12.846/2013)	113


→ DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º E 7º DA LEI Nº 12.846/2013)	113
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (ARTS. 8º A 15 DA LEI Nº 12.846/2013)	114
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013)	114
→ CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	114
→ TÓPICOS MESCLADOS DE BENS PÚBLICOS (DIREITO ADMINISTRATIVO)	115
→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO	115
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990)	115
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)	115
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)	115
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992)	116
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	116
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999)	116
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	117
→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021)	117
→ LEI Nº 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90)	117
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	118
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	118
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011)	118
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	118
→ GABARITO 	119

DIREITO PENAL..... 121


→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL	121
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP)	121
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)	121
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP)	122
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	122
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP)	122
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP)	123
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP)	123
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES	123
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP)	123
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP)	124
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP)	124
→ EFEITOS DA CONDENAÇÃO (ARTS. 91 A 92 DO CP)	124
→ SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL (ARTS. 77 A 90 DO CP)	125
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP)	125
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	126
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP)	126
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	126

→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP)	126
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	127
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	127
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP)	127
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	128
→ DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (ARTS. 197 A 207 DO CP).....	128
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	128
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	128
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	129
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	129
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP).....	129
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP)	129
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	129
→ GABARITO 	130

DIREITO PROCESSUAL PENAL.....131

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	131
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	131
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	132
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA	132
→ DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144 DO CPP).....	132
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	133
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	133
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	134
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	135
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	135
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	135
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTS. 282 A 350 DO CPP)	136
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP)	136
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	137
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	137
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	138
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	138
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)	138
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	139
→ GABARITO 	139

DIREITO CIVIL.....141


→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)	141
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	141
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97).....	141
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) - ELEMENTOS ACIDENTAIS	142
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	142
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	143
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	143
→ DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS (ARTS. 264 A 285)	143
→ DA CESSÃO DE CRÉDITO (ARTS. 286 A 298)	144
→ DA CLÁUSULA PENAL (ARTS. 408 A 416).....	144
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	144
→ DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (ARTS. 441 A 446).....	145
→ DA EVICÇÃO (ARTS. 447 A 457).....	145
→ DA COMPRA E VENDA (ARTS. 481 A 532)	146
→ DA DOAÇÃO (ARTS. 538 A 564)	146
→ DO MANDATO (ARTS. 653 A 692).....	146
→ DO SEGURO (ARTS. 757 A 802).....	147
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)	147
→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259).....	148
→ DO CONDOMÍNIO GERAL (ARTS. 1.314 A 1.358-A).....	148
→ DA HIPOTECA (ARTS. 1.473 A 1.505).....	148
→ DO CASAMENTO (ARTS. 1.511 A 1.582)	148
→ DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS (ARTS. 1.583 A 1.590).....	148
→ DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO (ARTS. 1.591 A 1.638).....	149
→ DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES (ARTS. 1.639 A 1.688)	149
→ DOS ALIMENTOS (ARTS. 1.694 A 1.710).....	149
→ DA TUTELA (ARTS. 1.728 A 1.766).....	150
→ DA CURATELA (ARTS. 1.767 A 1.783).....	150
→ DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA (ARTS. 1.829 A 1.844).....	151
→ GABARITO 	151

DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 153

→ INTRODUÇÃO: TEORIAS, HISTÓRICO, NATUREZA E CONCEITO DO PROCESSO CIVIL.....	153
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	153
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	153
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	154
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	154
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138).....	154
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	155

→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	155
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	155
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	156
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342).....	156
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343).....	156
→ DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357).....	156
→ DA PROVA PERICIAL (ARTS. 464 A 480).....	157
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	157
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538).....	157
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568).....	158
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....	158
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....	158
→ DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO (ARTS. 914 A 920).....	159
→ DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL (ARTS. 929 A 946).....	159
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975).....	159
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008).....	160
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	160
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020).....	160
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026).....	161
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044).....	161
→ GABARITO 	162


LEI DE LICITAÇÕES.....163

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021).....	163
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	163
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	164
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	165
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	166
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	166
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021).....	167
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021).....	168
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	169
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021).....	169
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	170
→ GABARITO 	171

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA..... 173


→ ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	173
→ ADMINISTRAÇÃO.....	173

→ ADMINISTRADOR.....	173
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	173
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	173
→ ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA.....	173
→ ESCOLA DA TEORIA CLÁSSICA.....	174
→ MUDANÇA ORGANIZACIONAL	174
→ TEORIA CONTINGENCIAL (ABORDAGEM CONTINGENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO)	174
→ GOVERNANÇA CORPORATIVA	174
→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	174
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	174
→ GOVERNO ELETRÔNICO.....	175
→ ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA.....	175
→ ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL (NOVA GESTÃO PÚBLICA OU MODELO PÓS-BUROCRÁTICO)	175
→ A REFORMA GERENCIAL NO BRASIL.....	175
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	175
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	175
→ INTENÇÃO ESTRATÉGICA OU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	176
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL - MATRIZ SWOT	176
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	176
→ INDICADORES DE DESEMPENHO	177
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	177
→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	177
→ PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA NO SETOR PÚBLICO.....	178
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	178
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	178
→ LIDERANÇA	178
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	179
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	179
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	179
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	180
→ MOTIVAÇÃO.....	180
→ GRUPOS E EQUIPES DE TRABALHO	180
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	181
→ PROCESSO DECISÓRIO (TOMADA DE DECISÃO).....	181
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE GESTÃO POR PROCESSOS.....	181
→ CICLO PDCA (PLAN-DO-CHECK-ACT OU CICLO DE SHEWART)	182
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE.....	182
→ DIAGRAMA DE CAUSA E EFEITO - ISHIKAWA.....	182
→ OUTROS MÉTODOS E FERRAMENTAS	183
→ EXCELÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS (GESPÚBLICA, MEGP)	183
→ GESTÃO PARA RESULTADOS	183


→ QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	183
→ GESTÃO DO CONHECIMENTO	184
→ MARKETING	184
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	184
→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	185
→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS).....	185
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS)	185
→ ANÁLISE E DESENHO DE CARGOS	185
→ DESEMPENHO	186
→ REMUNERAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO GERAL).....	186
→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE).....	186
→ QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)	187
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	187
→ CONCEITOS E TEORIAS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	187
→ ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	187
→ RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.....	188
→ PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA.....	188
→ NOVAS TECNOLOGIAS E TENDÊNCIAS NA ADMINISTRAÇÃO	188
→ GABARITO 	188

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA191

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - FUNÇÕES DE GOVERNO	191
→ CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO	191
→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	192
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	192
→ PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	192
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	193
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	193
→ VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA (ART. 167 DA CF/1988)	194
→ CICLO ORÇAMENTÁRIO.....	194
→ CRÉDITOS ADICIONAIS	194
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE)	195
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA	195
→ CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA.....	195
→ ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA.....	196
→ DÍVIDA ATIVA.....	196
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	196
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA.....	196
→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE - CONCEITOS GERAIS.....	197
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	197

→ DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)	197
→ REGIME DE ADIANTAMENTO	197
→ PROGRAMAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	198
→ SIAFI.....	198
→ GABARITO 	198

REDAÇÃO OFICIAL.....201

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	201
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO)	202
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	203
→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM	203
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 95/1998 - ATOS NORMATIVOS.....	203
→ ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (REDAÇÃO OFICIAL).....	205
→ GABARITO 	206

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (FGV – 2023) Assinale a opção em que todos os vocábulos grafados com **e** ou **i** estão escritos corretamente.

- a) adiante / lampião / crâneo.
- b) veado / pior / casimira.
- c) palitó / Pireneus / arrepio.
- d) irriquieto / digladiar / dilapidar.
- e) crioulo / pátio / confissionário.

2. (FGV – 2023) Assinale a opção em que os substantivos derivados de verbos estão corretamente grafados.

- a) impressão / ascenssão / subversão.
- b) alegassão / contensão / inversão.
- c) intercessão / transmissão / coassão.
- d) extração / demissão / intromissão.
- e) chateação / comissão / retensão.

3. (FGV – 2022) Entre as opções abaixo, aquela que mostra todos os verbos em ISAR/IZAR grafados de forma correta, é:

- a) pesquisar / agonizar / civilizar.
- b) batizar / democratizar / catequizar.
- c) paralizar / deslizar / analisar.
- d) improvisar / amenizar / atualizar.
- e) avizar / alizar / realizar.

→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC)

4. (FGV – 2025) Assinale a opção que indica a frase em que houve a troca indevida entre as expressões ao pé, a pé, de pé e em pé.

- a) Minha casa está ao pé da serra.
- b) Nada ficou em pé após o terremoto.
- c) Os funcionários puseram-se de pé com a presença do chefe.
- d) Preferiu caminhar a pé em vez de pegar um táxi.
- e) Ajoelhou-se a pé da imagem da santa.

5. (FGV – 2024) AO INVÉS DE / EM VEZ DE são duas expressões que, inicialmente, significavam, respectivamente, “oposição” e “substituição”, mas hoje já aparecem como equivalentes.

Considerando esses significados originais, assinale a frase em que houve troca **indevida** entre essas expressões.

- a) Em vez de comida japonesa, deram preferência ao tradicional churrasco gaúcho.
- b) Ao invés de divertirem-se com o jogo de futebol que haviam organizado, ficaram ao lado do campo conversando.
- c) Ao invés de continuarem no trabalho, ficaram descansando no vestiário dos operários.
- d) Em vez de literatura policial, os jovens daquela turma davam mais importância à poesia.
- e) O grupo de turistas decidiu economizar, almoçando num restaurante popular ao invés de gastar dinheiro no restaurante luxuoso da esquina.

6. (FGV – 2023) A frase abaixo que mostra a forma destacada corretamente empregada, é:

- a) Os que entravam caminhavam em pontas de pés, sentando-se cautelosamente. Três marinheiros apareceram ao alto da escada, olharam, e já se dirigiam para as primeiras filas, quando o mulato falou: “Não, lá pra **baixo**, patrícios. Aqui é das senhoras”;
- b) Ambos traziam o beijo **debaixo** furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador;
- c) A casa dele destacava-se das outras; era no andar **debaixo**, e cá de fora via-se-lhe o papel vermelho da sala, a mobília muito brunida, jarras de flores sobre a cômoda...;
- d) **De baixo** de uma aparente desordem e confusão, tudo é ordem e harmonia, na terra entre os viventes, como nos céus entre as estrelas;
- e) Faço-te toda a justiça, redarguiu ele; acuso-me eu mesmo de estar **a baixo do** papel de redentor.

→ ACENTUAÇÃO

7. (FGV – 2024) Assinale a opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente.

- a) récorde / tórax.
- b) recém / refém.
- c) gratuito / difícil.
- d) saúva / hífens.
- e) Nobél / grácil.

8. (FGV – 2024) Assinale a opção que mostra uma acentuação gráfica incorreta.

- a) água, paciência.
- b) caráter, mártir.
- c) bênção, órgão.
- d) inteligente, possível.
- e) lâmpada, próprio.

MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (FGV – 2024) A uma lista de dez números positivos, acrescenta-se o número 7, de modo que a média aritmética da nova lista formada por esses onze números passa a ser 8,0.

Antes da inserção do número 7, a média aritmética dos dez números originais estava entre

- a) 8,07 e 8,12.
- b) 8,12 e 8,17.
- c) 8,17 e 8,22.
- d) 8,22 e 8,27.
- e) 8,27 e 8,32.

→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA

2. (FGV – 2024) Em uma pequena classe de Francês, havia apenas 4 alunos cujas idades são 14, 15, 16 e 18 anos. Com a chegada de um 5º aluno, a média das idades dos integrantes da classe foi alterada e agora vale 15.

Se, antes da chegada do novo aluno, o desvio-padrão do conjunto das idades era 1,48, é correto afirmar que, com a inclusão do novo estudante, essa medida de dispersão

- a) foi aumentada de 2,00.
- b) foi aumentada de 0,52.
- c) permaneceu inalterada.
- d) foi reduzida de 0,52.
- e) foi reduzida de 2,00.

3. (FGV – 2022) 3) Duas sociedades empresárias, X e Y, produzem o mesmo produto e têm seus processos de produção sob controle e centrados no ponto médio da faixa de especificação.

Ambas operam com os limites de tolerâncias de 3 desvios padrões, ou seja, 3 sigmas acima e 3 sigmas abaixo do ponto médio.

Sabe-se que a amplitude da faixa de especificação é 0,21 e que os desvios padrões para as unidades X e Y são, respectivamente, 0,03 e 0,04. Com base na capacidade do processo (Cp), conclui-se que:

- a) Cp de X é 1,75, o que indica que esta unidade deve produzir um menor número de itens defeituosos que a unidade Y;
- b) Cp de X é 1,17, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade Y;

- c) Cp de Y é 1,5, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade X;
- d) Cp de Y é 0,88, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade X;
- e) Cp de Y é 0,88, o que indica que esta unidade deve produzir um menor número de itens defeituosos que a unidade X.

→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA

4. (FGV – 2023) Um dado cúbico foi fabricado de tal forma que uma de suas faces tem o número 1, duas de suas faces têm o número 2 e as demais faces, o número 3. Sempre que esse dado é lançado, todas as faces têm a mesma probabilidade de ocorrer.

Caso esse dado seja lançado duas vezes, a probabilidade de que a soma dos dois resultados obtidos seja ímpar é igual a

- a) 4/9.
- b) 8/15.
- c) 2/9.
- d) 4/15.
- e) 1/2.

5. (FGV – 2022) Treze cadeiras numeradas consecutivamente de 1 a 13 formam uma fila. Quatro pessoas devem sentar-se nelas e o número da cadeira em que cada uma deve se sentar será decidido por sorteio. Para as três primeiras pessoas foram sorteados os números 3, 8 e 11 e será feito o sorteio para a última cadeira a ser ocupada.

A probabilidade de que a quarta pessoa NÃO se sente ao lado de nenhuma pessoa já sentada é:

- a) 1/2;
- b) 1/4;
- c) 2/5;
- d) 7/10;
- e) 4/13.

INFORMÁTICA

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO

1. (FGV – 2025) Um funcionário da AgSUS deseja fazer o upload de 100 arquivos digitais.

Sabendo que cada arquivo tem aproximadamente 5 MB, que a internet contratada tem velocidade de upload de 20 Mbps e considerando que 1 MB = 8 Mb, o tempo para fazer o upload de todos os arquivos será, aproximadamente, de

- a) 1 minuto.
- b) 3 minutos.
- c) 5 minutos
- d) 7 minutos.
- e) 9 minutos.

2. (FGV – 2023) Tito enviou para um amigo uma imagem, como um arquivo do tipo PND, de tamanho 2.097 KB. No mesmo e-mail, anexou um arquivo LibreOffice Write contendo um livro que escreveu em inglês. O livro tem 200 páginas, é todo em texto corrido, sem fotos, gráficos, ou outros elementos gráficos. Em média, cada página comporta 35 linhas, cada linha 10 palavras, e cada palavra, 6 letras.

Está correto afirmar que nesse caso, em termos de espaço aproximado de armazenagem, a imagem vale por

- a) mil palavras.
- b) mil linhas.
- c) mil páginas.
- d) um livro.
- e) dez livros.

3. (FGV – 2022) Na tela do Explorador de Arquivos do Windows 10, uma das colunas exibe o tamanho dos arquivos de uma determinada pasta (ou diretório).

A unidade KB, utilizada nesse contexto, é equivalente a

- a) 1.024 bits.
- b) 1.024 bytes.
- c) 256 bits.
- d) 256 bytes.
- e) 512 bytes.

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)

4. (FGV – 2025) Um farmacêutico necessita mover um conjunto de arquivos em formato Excel que estão em um desktop na Secretaria de Saúde para um notebook utilizado em atendimentos domiciliares. Os arquivos possuem um total de 10 Megabytes. No entanto, nenhuma das interfaces de redes dos dois computadores está funcionando, apenas as portas USB. Ele decide utilizar um pen drive para efetuar o transporte de dados entre as máquinas.

A memória do pen drive é do tipo

- a) analógica.
- b) volátil.
- c) flash.
- d) principal.
- e) ROM.

5. (FGV – 2025) Leia o trecho a seguir.

Memória extremamente rápida e de baixo consumo de energia que, uma vez carregadas as informações, é mantida com um mínimo de energia de alimentação. Embora volátil, não exige que a CPU renove o seu conteúdo centenas de vezes por segundo. Ela só perde o conteúdo se o equipamento for desligado. Seu alto preço torna-a inviável economicamente em grandes quantidades.

Essa definição corresponde à memória

- a) ROM.
- b) DRAM.
- c) SRAM.
- d) FLASH.
- e) FERAM.

6. (FGV – 2024) No contexto do funcionamento básico de um computador e seus componentes principais, assinale a afirmativa correta.

- a) A memória RAM é uma forma de armazenamento não volátil, que mantém os dados permanentemente, mesmo sem alimentação elétrica.
- b) O disco rígido (HDD) ou a unidade de estado sólido (SSD) são exemplos de dispositivos de armazenamento onde o sistema operacional, programas e dados do usuário são armazenados de forma permanente.
- c) Uma GPU (Unidade de Processamento Gráfico) é utilizada exclusivamente para renderizar gráficos em jogos e não tem impacto no desempenho em outras aplicações.
- d) O sistema operacional é armazenado temporariamente na memória RAM durante a inicialização do computador e é transferido para o disco rígido ou SSD após o desligamento, para garantir a persistência dos dados.
- e) A CPU (Unidade Central de Processamento) não influencia diretamente o desempenho de tarefas computacionais, sendo sua principal função a gestão da entrada e saída de dados nos dispositivos periféricos.

7. (FGV – 2024) Considere as seguintes assertivas sobre componentes básicos de microcomputadores e seu funcionamento:

- I. O sistema operacional é um componente do hardware do computador;
- II. O mouse é um dispositivo periférico de entrada de dados;
- III. A memória RAM é apagada quando se desliga o computador.

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

1. (FGV – 2023) Maria, estudante de direito, questionou o seu professor a respeito da classificação de uma Constituição que, apesar de se mostrar válida, não se ajusta à realidade do processo político, embora busque direcioná-lo, o que impede a plena integração do plano normativo ao plano político-social. O professor respondeu, corretamente, que a Constituição descrita por Maria deve ser classificada como:

- a) programática;
- b) pragmática;
- c) normativa;
- d) semântica;
- e) nominal.

2. (FGV – 2022) Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que:

- a) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário;
- b) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado;
- c) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário;
- d) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade;
- e) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.

→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

3. (FGV – 2024) Maria, atleta profissional com destacada atuação em um esporte coletivo, não sabia se a ordem constitucional lhe assegurava alguma proteção em razão de sua participação em eventos desportivos juntamente com sua equipe. Afinal, esses eventos são objeto de transmissão pela mídia televisiva ou radiofônica, tendo valor econômico.

Ao consultar um especialista na matéria, Maria foi corretamente informada de que a Constituição da República:

- a) dispõe sobre a temática em norma de eficácia plena;
- b) dispõe sobre a temática em norma de eficácia contida;
- c) dispõe sobre a temática em norma de eficácia limitada;
- d) realiza a proteção individual dos direitos autorais, mas não nas participações coletivas;
- e) somente protege a participação em obras coletivas de natureza intelectual, não em matéria desportiva.

4. (FGV – 2023) A Constituição da República de 1988 estatuiu, em seu Art. 5º, LXXXVI, que o registro civil de nascimento e a certidão de óbito “são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei”.

É correto afirmar que, da interpretação desse comando constitucional, é obtida uma norma de eficácia:

- a) plena e de aplicabilidade contida;
- b) contida e de princípio institutivo;
- c) programática e de eficácia institutiva;
- d) limitada e de natureza programática;
- e) programática e de aplicabilidade imediata.

→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

5. (FGV – 2025) No curso de um inquérito civil, o Promotor de Justiça que o presidia constatou a existência de divergências, entre os interessados em potencial no objeto da investigação, a respeito da interpretação do Art. X da Constituição da República, que consagra determinado direito fundamental de segunda dimensão, em norma de aplicabilidade imediata e, na perspectiva dos destinatários em potencial, de eficácia contida, que veio a ser objeto da Lei nº Y.

Ao ver do membro do Ministério Público, significantes constitucionais não podem ter o seu significado atribuído pelo intérprete à margem de referenciais axiológicos, obtidos a partir das vicissitudes do ambiente sociopolítico e sem considerar o caso concreto e o impacto que a norma acarretará na realidade. Sua validade, portanto, não seria intrínseca, mas extrínseca.

É correto afirmar que a linha argumentativa apresentada pelo membro do Ministério Público é

- a) compatível com a tópica pura e com o pragmatismo.
- b) compatível com o consequencialismo e o originalismo.
- c) compatível com a lógica do razoável e o contextualismo.
- d) refratária ao pensamento problemático e às teorias procedimentais.
- e) refratária à possibilidade de a Lei nº Y reduzir o rol de beneficiários do direito fundamental de segunda dimensão.

6. (FGV – 2024) Em determinado órgão jurisdicional colegiado, foi analisada a interpretação a ser dispensada a certo artigo da Constituição da República. Durante a prolação dos votos, a magistrada Maria sustentou que, no processo de interpretação, deve prevalecer um discurso de contornos sociológicos, em que preponderam as necessidades do ambiente sociopolítico. A magistrada Joana, por sua vez, defendeu que a preponderância deve ser atribuída ao discurso sociosemiótico, em que tanto os aspectos da linguagem como as necessidades do contexto devem influenciar no

DIREITOS HUMANOS

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

1. (FGV – 2025) No que diz respeito à justiciabilidade dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Os Tribunais Internacionais da ex-Iugoslávia e o de Ruanda são os antecedentes do Tribunal Penal Internacional criado pelo Estatuto de Londres em 1998.
- b) Com competência para julgar os crimes cometidos ao longo do nazismo, seja pelos líderes do partido, seja pelos oficiais militares, o Tribunal de Nuremberg foi regulamentado pelo Acordo de Roma.
- c) O Tribunal de Nuremberg foi o ponto de partida da justiciabilização dos Direitos Humanos, inovando ao afirmar a responsabilidade internacional penal do indivíduo.
- d) O Tribunal Penal Internacional aplica o costume internacional para a condenação criminal de indivíduos pela prática de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.
- e) O exercício da jurisdição internacional pode ser acionado mediante denúncia de um Estado-parte ou de uma ou várias vítimas.

2. (FGV – 2023) Os casos de trabalho análogo à escravidão revelam a violação, ao mesmo tempo, de direitos civis e de direitos sociais. Por isso mesmo, uma das dimensões dos direitos humanos apontadas na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 é a:

- a) razoabilidade;
- b) indivisibilidade;
- c) unilateralidade;
- d) justiciabilidade;
- e) proporcionalidade.

3. (FGV – 2023) 3) De acordo com parte da doutrina, os direitos humanos representam hoje a nova centralidade do Direito Constitucional e também do Direito Internacional. Acerca das características dos direitos humanos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. Os direitos previstos nos tratados internacionais de direitos humanos são taxativos, enquanto o rol de direitos previsto na Constituição Federal é meramente exemplificativo.

II. A Indivisibilidade dos direitos humanos nada mais é do que o reconhecimento de que todos eles possuem a mesma proteção jurídica, já que são essenciais para uma vida digna.

III. A abertura nacional dos direitos humanos consiste na possibilidade de expandir o rol dos direitos humanos. Ela é fruto do poder constituinte originário, ao estabelecer, por exemplo, a Inserção do direito à moradia pela EC 26/2000.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V-V-V.
- b) V-F-F.
- c) F-V-F.
- d) F-F-F.
- e) F-F-V.

4. (FGV – 2022) Em seu discurso para os formandos de determinada faculdade de direito, João observou que a concepção de solidariedade, na perspectiva dos direitos humanos, apresenta contornos polissêmicos, que ainda carecem de compreensão pela sociedade e pelos poderes constituídos para que alcance padrões mínimos de efetividade, inclusive na realidade brasileira, especialmente em relação à existência, ou não, de direitos e deveres que se formariam a partir deles.

Com os olhos voltados às reflexões de João, é correto afirmar que a referida solidariedade

- a) sempre embasa direitos subjetivos, conferindo-lhes exigibilidade imediata.
- b) se situa no plano axiológico, não propriamente deontológico, contribuindo para criar um amálgama entre os integrantes do grupamento.
- c) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, mas em uma perspectiva puramente principiológica.
- d) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, em sua dimensão objetiva, não propriamente subjetiva.
- e) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, embasando até mesmo deveres de custeio de direitos transindividuais.

5. (FGV – 2022) Leia o fragmento a seguir sobre as características distintivas dos Direitos Humanos.

Tais direitos são _____, pois se estendem a todo gênero humano, em todo tempo e lugar.

São _____, porque seu respeito se pode exigir de qualquer pessoa, autoridade ou comunidade inteira, diferente daqueles emanados das relações contratuais, que somente podem ser exigidos de quem contratou a obrigação correspondente.

São _____, pois nenhuma pessoa ou autoridade pode atentar legitimamente contra eles, sem prejuízo das justas limitações que podem se impor a seu exercício, de acordo com as exigências do bem comum da sociedade.

São _____, pois pertencem à essência do ser humano de forma indissociável, assim não se pode renunciar, transferir ou transmitir, sob nenhum título, como ocorre com os demais direitos que são objetos de transações jurídicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV – 2024) A Administração Pública abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo.

Assinale a opção que compreende a função administrativa de fomento.

- a) Restrições impostas por lei ao exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.
- b) Atividades que, por sua essencialidade ou relevância para a coletividade, foram assumidas pelo Estado.
- c) Regulamentação e fiscalização da atividade econômica de natureza privada.
- d) Atividade estatal de intervenção indireta sobre a conduta dos sujeitos públicos e privados, de modo permanente e sistemático, para implementar as políticas de governo.
- e) Desapropriações que favoreçam entidades privadas sem fins lucrativos.

2. (FGV – 2024) No delineamento da Administração Pública em sentido subjetivo e em sentido objetivo, observa-se que existem situações que não se enquadram na primeira perspectiva, mas se adequam à segunda, na medida em que correspondem ao exercício da função administrativa por pessoas que não integram a Administração Pública, contexto em que é correto indicar

- a) a formalização de contratos por sociedades de economia mista.
- b) o exercício da atividade de polícia por Agência Reguladora.
- c) a prestação de serviços públicos por concessionárias e permissionárias.
- d) a autorização para o uso de bem público deferida por Secretaria Municipal.
- e) a realização de concursos públicos por empresas públicas.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

3. (FGV – 2024) Uma determinada entidade da administração pública, ao emitir uma ordem de serviço, indevidamente, não promoveu a inclusão no Diário Oficial, prejudicando a transparência sobre o processo.

Nessa situação, a organização feriu o princípio básico da administração pública de:

- a) dignidade humana;
- b) soberania;
- c) cidadania;
- d) livre iniciativa;
- e) publicidade.

4. (FGV – 2024) Leia atentamente o trecho de texto a seguir, que se refere a um dos princípios do Direito Administrativo:

“a conduta da Administração Pública deve ser pautada no interesse da coletividade, isto é, não deve visar a quem beneficiar ou prejudicar, uma vez que todos devem ser olhados de forma igual, não sendo possível deste modo qualquer tipo de discriminação”

Este princípio é o de

- a) publicidade.
- b) moralidade.
- c) impessoalidade.
- d) motivação.
- e) Razoabilidade.

5. (FGV – 2024) Em uma cidade do interior, o prefeito decidiu pela construção de uma nova praça pública sem realizar a licitação pública obrigatória, justificando a urgência do projeto para benefício dos cidadãos. Além disso, o contrato foi firmado com a construtora sem a devida publicação no diário oficial, o que levantou suspeitas sobre a integridade da operação.

Com relação aos princípios da Administração Pública, é correto inferir que, na situação acima, foram violados os seguintes princípios:

- a) legalidade e publicidade.
- b) moralidade e legalidade.
- c) impessoalidade e publicidade.
- d) moralidade e impessoalidade.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

6. (FGV – 2024) Maria e Julia estavam estudando juntas para concurso público e começaram a debater o significado, extensão e limites do princípio da autotutela no direito administrativo. Ambas concluíram corretamente que, em razão de tal princípio, a Administração

DIREITO PENAL

→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL

1. (FGV – 2022) Com relação aos princípios penais, assinale a assertiva incorreta.

- a) Segundo o princípio da legalidade estrita, novos crimes só podem ser criados através de lei ordinária.
- b) O princípio da lesividade parte da premissa que o direito penal só pode incidir em hipóteses de lesão ou risco de lesão a bens jurídico-penais.
- c) O princípio da intranscendência possui previsão constitucional, além de ser acolhido pela jurisprudência dos tribunais superiores.
- d) O princípio da adequação social implica na exclusão da tipicidade material diante da prática de condutas criminosas, porém socialmente aceitas.
- e) O princípio da insignificância implica na exclusão da tipicidade formal diante lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.

2. (FGV – 2024) Manoela, com intenção de matar, efetuou um disparo de arma de fogo em face de Júlio, no dia 01/06/2024. Júlio foi atingido, com gravidade, e foi levado ao hospital por terceiros, onde recebeu efetivo atendimento médico. Entretanto, por complicações decorrentes do projétil de arma de fogo, Júlio veio a falecer em 01/08/2024.

Em 10/07/2024 entrou em vigor norma penal que aumenta a pena dos crimes de homicídio praticados pelo emprego de arma de fogo, porém, a mesma lei criou uma causa de diminuição de pena aplicável, em tese, ao fato.

Observando a situação descrita, e considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- a) Considera-se ocorrido o delito no dia 01/08/2024, de forma que a nova lei é inteiramente aplicável ao fato.
- b) O delito ocorreu em 01/08/2024. Contudo, deve ser observada a ultratividade da lei penal mais benéfica à Manoela.
- c) O delito ocorreu em 01/06/2024, porém, a nova lei retroage, apenas na parte que beneficia a acusada.
- d) O delito ocorreu em 01/06/2024, porém, a nova lei só pode ser aplicada ao caso se inteiramente mais favorável à acusada.
- e) O momento do crime se protraí entre a conduta e o resultado, de forma que qualquer alteração legislativa havida no período é inteiramente aplicável, ainda que prejudicial.

→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP)

3. (FGV – 2023) Josué, cidadão brasileiro com 17 (dezessete) anos e 29 (vinte e nove) dias de idade, disparou arma de fogo contra Jacó; como consequência, Jacó foi atingido e faleceu no hospital 30 (trinta) dias depois.

Sobre o tempo do crime, o vigente Código Penal adota a teoria

- a) da atividade.
- b) do resultado.
- c) do nexa causal.
- d) da ubiquidade.
- e) atemporal.

→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)

4. (FGV – 2025) Mário foi definitivamente condenado por estupro na França em 2013, quando residia naquele país. Mário respondeu ao processo em liberdade, sem qualquer imposição de medida cautelar, tendo se mudado para o Brasil antes de decisão definitiva. Assinale a alternativa correta, segundo o ordenamento jurídico pátrio:

- a) Não se aplica a lei brasileira uma vez que o fato foi praticado na França.
- b) Não se aplica a lei brasileira porque Mário deveria ter sido julgado pela jurisdição brasileira.
- c) Aplica-se a lei penal brasileira porque o crime é hediondo.
- d) Aplica-se a lei penal brasileira porque se trata de crime praticado por brasileiro no exterior que retornou ao território nacional, bem como por ser fato punível no Brasil e suscetível à extradição.
- e) Não se aplica a lei penal pátria porque o brasileiro, quando adentra no território nacional, está imune a condenações proferidas no estrangeiro.

5. (FGV – 2024) Pierre, cidadão estrangeiro, praticou o delito de estupro em face da brasileira Marina, maior e capaz. O crime foi praticado em Estado estrangeiro, onde há incriminação da conduta, tal como ocorre no Brasil. Passado algum tempo, como o autor do fato e a vítima retornaram ao Brasil, o Ministério Público ajuizou ação penal

pública incondicionada em face de Pierre, como incurso nas penas do delito de estupro.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior; porém, a ação penal depende de representação da vítima.
- b) Há o preenchimento integral das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior, sendo viável a responsabilização do autor do fato.
- c) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois ausente requisição do Ministro da Justiça.
- d) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois o autor do fato é estrangeiro, e a nacionalidade da vítima é indiferente à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (FGV – 2024) “Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a

supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é correto afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- a) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- b) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- c) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- d) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- e) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. (FGV – 2022) Em relação ao princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar que a análise da indevida ou excessiva duração depende do(a):

- a) soma aritmética dos prazos processuais;
- b) passagem de noventa dias sem reavaliação judicial;
- c) análise dos prazos previstos em lei, de maneira global;
- d) princípio da razoabilidade e das peculiaridades do caso;
- e) análise dos prazos previstos em lei, de maneira individual.

→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)

3. (FGV – 2022) São critérios utilizados para distribuição de atribuições da polícia judiciária entre as diversas autoridades policiais:

- a) territorial e funcional;
- b) funcional e material;
- c) territorial e temporal;
- d) funcional e temporal;
- e) territorial e material.

4. (FGV – 2022) A propósito do inquérito policial, é correto dizer que

- a) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.
- b) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.
- c) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.
- d) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.
- e) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

5. (FGV – 2022) A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia. A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que, no caso,

- a) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.
- b) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.
- c) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do Ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.
- d) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.

DIREITO CIVIL

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

1. (FGV – 2024) Lúcia de 45 anos e Cláudio de 53 anos, juntamente com seus filhos, Henrique de 23 anos, Lucas de 19 anos e Pedro de 15 anos, ao retornarem de uma viagem pelo litoral, se envolveram em grave acidente, envolvendo o carro da família e uma minivan que transportava 7 passageiros.

O acidente resultou na morte simultânea de Lúcia e de Cláudio e de um jovem casal que estava na minivan. Ainda em razão do acidente, Lucas encontra-se em coma hospitalar e Henrique e Pedro sofreram apenas ferimentos leves.

Diante das consequências do acidente, Henrique requereu e foi deferida a guarda de Pedro e a curatela de Lucas. Passado cerca de um ano do acidente, Pedro manifesta o desejo de ser emancipado.

Diante da situação hipotética narrada e de acordo com a legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) Lúcia e Cláudio são comorientes e Lucas e Pedro são absolutamente incapazes.
- b) Henrique, sendo o detentor da guarda de Lucas, poderá atender ao pedido do irmão, declarando a sua vontade por instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- c) Em razão da idade, presume-se que Cláudio tenha falecido antes de Lúcia, e Lucas, mesmo em coma, é relativamente incapaz.
- d) A emancipação pretendida por Pedro só pode ser deferida judicialmente, desde que ele já tenha 16 anos completos.
- e) Em razão do falecimento dos pais, Pedro só poderá ser emancipado judicialmente e mediante comprovação de que possui economia própria.

→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

2. (FGV – 2025) Joaquim, credor de uma dívida pessoal não empresarial de R\$ 800.000,00 de Maria, ajuizou execução, que restou infrutífera. Após investigação, Joaquim descobriu que Maria é sócia majoritária de três empresas que atuam no mesmo ramo de atividade, compartilham sede e funcionários, mas não possuem registro formal de grupo econômico. Verificou-se ainda que, nos últimos anos, Maria esvaziou seu patrimônio pessoal, transferindo 95% de seus bens para uma das empresas de que é sócia controladora, denominada Alpha Participações Ltda. Diante disso, Joaquim requereu a desconsideração da personalidade jurídica para atingir todas as empresas controladas por Maria.

Com base no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no art. 50 do Código Civil e seus parágrafos, assinale a afirmativa correta quanto aos pressupostos, à extensão e aos efeitos da desconsideração da personalidade jurídica no caso apresentado.

- a) A simples existência de um grupo econômico de fato é suficiente para estender os efeitos da desconsideração a todas as empresas controladas por Maria, desde que demonstrada a confusão patrimonial.
- b) O juiz poderá aplicar a desconsideração inversa da personalidade jurídica para atingir o patrimônio transferido à Alpha Participações Ltda., desde que comprovado o abuso da personalidade jurídica.
- c) A desconsideração é válida contra todas as empresas controladas por Maria, pois elas funcionam no mesmo endereço, caracterizando o grupo econômico formal que justifica a intervenção judicial.
- d) No caso de desconsideração inversa, adota-se a teoria menor, bastando a simples demonstração da inadimplência e da existência de grupo econômico fático.
- e) Por se tratar de medida protetiva à pessoa natural, a desconsideração da personalidade jurídica, em caso de desvio de finalidade dolosa, pode ser decretada de ofício pelo magistrado.

3. (FGV – 2023) A Sociedade Ômicron Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda., nos últimos cinco anos, transferiu ativos para seus dois únicos sócios, sem nenhuma espécie de contraprestação. A transferência corresponde a setenta e cinco por cento do patrimônio líquido da sociedade, o que conduziu à inadimplência de diversas obrigações, incluindo um contrato de mútuo bancário.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) A transferência de ativos da Sociedade Ômicron para seus sócios sem efetiva contraprestações caracteriza confusão patrimonial para fins de desconsideração da personalidade jurídica.
- b) O Código Civil brasileiro adota a teoria maior para fins de desconsideração da personalidade jurídica, que pode ser reconhecida de ofício pelo juiz no caso hipotético do enunciado.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica no caso da sociedade Ômicron depende da existência de grupo econômico.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica não se aplica aos contratos bancários, visto que a sociedade é considerada vulnerável juridicamente.
- e) Em caso de abuso da personalidade jurídica, o credor poderá requerer a desconsideração da personalidade jurídica, que atingirá, se decretada judicialmente, a todas as obrigações da sociedade, inclusive, as vincendas.

→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97)

4. (FGV – 2024) Túlio e Tina, recém-casados, compram um imóvel antigo em sua cidade natal para servir como sua nova residência, mas antes de se mudarem, em razão de uma inspeção realizada por empresa de engenharia especializada que indicou

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ INTRODUÇÃO: TEORIAS, HISTÓRICO, NATUREZA E CONCEITO DO PROCESSO CIVIL

1. (FGV – 2024) O Projeto Florença, coordenado por Mauro Cappelletti, delineou três ondas renovatórias enquanto analisava os obstáculos ao acesso à Justiça. Sobre as ondas renovatórias, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A primeira onda renovatória concentra-se na abordagem da desigualdade de gênero nos sistemas de justiça, buscando a implementação de ações destinadas a reestruturar o sistema jurídico em prol dos direitos das mulheres.

() A segunda onda renovatória caracteriza-se pela busca mais eficaz da proteção de direitos metaindividuais, como os direitos das áreas de proteção ambiental e dos consumidores, sejam eles difusos ou coletivos.

() A terceira onda renovatória abrange a assistência jurídica gratuita, referindo-se à prestação de serviços jurídicos para indivíduos em situação de hipossuficiência. As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) F – V – F.
- b) F – V – V.
- c) V – F – F.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V.

→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988)

2. (FGV – 2024) João intentou ação em face de uma instituição financeira, tendo pleiteado a condenação da ré ao pagamento da quantia de cem mil reais, por força do descumprimento de uma obrigação que se originou de uma lei. Sustentou o autor que o descumprimento da lei foi o fato constitutivo de seu direito. Por sua vez, a ré, em defesa, alegou apenas que a mencionada lei não se aplicava ao caso concreto. Apreciando a causa, o magistrado julgou improcedente o pedido, por entender que a lei invocada era inconstitucional, sem conceder às partes a oportunidade de manifestação sobre essa questão constitucional.

Nesse sentido, a conduta do magistrado é:

- a) incorreta, uma vez que violou o princípio do contraditório, proferindo uma decisão-surpresa no processo;
- b) incorreta, uma vez que ele não pode reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei;
- c) incorreta, uma vez que violou o princípio da inércia, já que lhe é vedado inovar no processo;
- d) correta, uma vez que não é necessário que as partes se manifestem quanto às questões de direito;
- e) correta, uma vez que prevalece a celeridade processual e foi respeitado o princípio do contraditório.

3. (FGV – 2024) Os princípios do processo podem ser considerados como os pilares para a construção de um processo justo e pautado por valores constitucionais, com promoção e proteção dos direitos fundamentais de todos os envolvidos no processo.

A respeito do assunto, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio do contraditório prévio impede a prolação de decisão contrária à parte sem que essa seja ouvida, ainda que se trate de decisão sobre tutela provisória de urgência.
- b) A ampla defesa é o princípio processual que preconiza a necessidade de que o juízo competente seja definido por regras abstratas e prévias, confundindo-se com o juiz natural.
- c) Como corolário da duração razoável do processo, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- d) A observância da proporcionalidade e da razoabilidade no processo civil é decorrência da aplicação do princípio do devido processo legal em sua feição substancial.
- e) A exigência de comportamento processual conforme a boa-fé se aplica somente às partes, sendo prescindível seu cumprimento por parte do órgão julgador e do membro do Ministério Público que nele officiar.

→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20)

4. (FGV – 2023) Maria procurou a Defensoria Pública, afirmando que seu marido João é infiel e a agride de forma habitual. Por isso, pretende dissolver seu casamento. Todavia, não quer discutir em juízo a infidelidade de seu marido, mas pretende que seja ajuizada uma ação de separação judicial.

Dentre as opções abaixo, a que revela corretamente os elementos objetivos da ação a ser proposta é:

- a) João e Maria e infidelidade;
- b) separação judicial e violência doméstica;
- c) infidelidade e violência doméstica;
- d) separação judicial e infidelidade;
- e) João e Maria e violência doméstica.

5. (FGV – 2022) 5) Antônia, civilmente capaz, inconformada com as farras provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
- b) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;

LEI DE LICITAÇÕES

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)

1. (FGV – 2025) Um governo estadual deseja construir uma escola técnica com laboratórios, biblioteca, salas de aula modernas e infraestrutura sustentável. A Secretaria de Educação possui apenas um anteprojeto, ou seja, um estudo preliminar com as necessidades funcionais e as diretrizes básicas da escola.

Em vez de contratar separadamente o projeto e depois a execução, a Administração opta por um único contrato em que a empresa vencedora será responsável por:

- elaborar o projeto básico, definindo tecnicamente a estrutura da escola;
- desenvolver o projeto executivo, com todos os detalhes construtivos, elétricos, hidráulicos e arquitetônicos;
- executar toda a obra, inclusive fundações, estrutura, acabamento, sistemas e paisagismo; e
- entregar a escola pronta para funcionamento, com todos os sistemas operacionais em conformidade com as normas.

Nesse contexto, seguindo o exposto na Lei nº 14133/2021, o regime a ser adotado é o da contratação:

- a) integrada.
- b) semi-integrada.
- c) por preço global.
- d) por preço unitário.
- e) por empreitada integral.

2. (FGV – 2025) Um hospital público pretende contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva de seus equipamentos médicos. Antes da elaboração do projeto básico, a equipe de planejamento precisa produzir um documento que demonstre a necessidade da contratação, aponte a solução mais adequada e registre o interesse público envolvido.

Esse documento, previsto na Lei nº 14.133/2021, corresponde ao

- a) anteprojeto.
- b) projeto executivo.
- c) termo de referência.
- d) estudo técnico preliminar.
- e) plano de contratações anual.

3. (FGV – 2024) Após a realização da devida fase preparatória da licitação, mediante o preenchimento dos requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, foram encaminhadas para o respectivo órgão de assessoria jurídicas as seguintes situações:

- I. alienação de bens imóveis adquiridos por doação em pagamento;
- II. contratação de serviços comuns de engenharia, que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens imóveis, com preservação das características originais dos bens;

III. locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Considerando as modalidades de licitação ou, eventualmente, a viabilidade de contratação direta em cada uma das situações, assinale a opção que elenca a adequada correlação.

- a) I. licitação dispensável – II. concorrência – III. pregão.
- b) I. leilão – II. licitação dispensável – III. concorrência.
- c) I. pregão – II. concorrência – III. licitação dispensável.
- d) I. licitação inexigível – II. pregão – III. licitação dispensável.
- e) I. leilão – II. pregão – III. licitação inexigível.

4. (FGV – 2023) O objeto de um termo de referência deve ser definido, entre outras considerações, conforme a

- a) sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e a possibilidade de sua prorrogação.
- b) descrição da solução como um todo, sem considerar o seu ciclo de vida.
- c) seleção dos fornecedores previamente cadastrados.
- d) fiscalização de órgão com esta atribuição específica.
- e) estimativa de preços por meio exclusivo dos valores pesquisados no mercado.

5. (FGV – 2022) Observe os seguintes institutos previstos na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

I. Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

II. Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

De acordo com a Lei nº 14.133/21, os itens acima constituem, respectivamente,

- a) diálogo competitivo e pré-qualificação.
- b) diálogo competitivo e credenciamento.
- c) concorrência e cadastramento.
- d) pregão e pré-qualificação.
- e) concorrência e credenciamento.

→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)

6. (FGV – 2025) Assinale a opção que contém os princípios consagrados na Lei nº 14.133/2021, no que concerne às licitações e contratações públicas.

- a) Economicidade, ponderação de interesses e pessoalidade.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

→ ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)

1. (FGV – 2025) Suponha que uma organização, após análise realizada por uma consultoria especializada contratada para diagnosticar sua estrutura interna e propor otimizações, tenha sido classificada como uma organização do tipo mecanicista.

Com base nessa classificação, é correto afirmar que

- a) as decisões são centralizadas e há um sistema rígido de controle.
- b) a estrutura é horizontal, com ênfase em regras e procedimentos rotineiros.
- c) predomina a burocracia, assegurando que a sua atuação seja voltada para ambientes estáveis.
- d) as hierarquias são flexíveis e apresentam amplitude de controle administrativo mais estreita.
- e) os cargos e tarefas são continuamente redefinidos e a comunicação é baseada em rede de rumores.

→ ADMINISTRAÇÃO

2. (FGV – 2025) A administração é uma prática presente em diferentes contextos sociais e organizacionais. Na raiz do uso tão frequente dessa palavra está o processo de resolução dos problemas e de manejo de recursos que a existência oferece para as pessoas, as famílias, as comunidades, as organizações e para a sociedade global.

Diante disso, é correto afirmar que a administração

- a) refere-se primordialmente à gestão de empresas privadas.
- b) limita-se às atividades operacionais do ambiente corporativo.
- c) consiste em tarefas técnicas ligadas à área contábil e financeira.
- d) depende de estruturas hierárquicas rígidas para ser implementada com eficiência.
- e) envolve decisões voltadas à resolução de problemas e ao uso de recursos em diferentes esferas.

→ ADMINISTRADOR

3. (FGV – 2025) Ao executarem suas funções, os gestores assumem diferentes papéis organizacionais. Esses papéis se distribuem entre categorias interpessoais, informativas e de tomada de decisão. Cada um deles envolve comportamentos típicos que os gestores precisam adotar conforme as exigências do ambiente.

O papel gerencial em que o gestor representa a organização em transações formais com sindicatos ou clientes, buscando acordos vantajosos, é denominado:

- a) Líder.
- b) Monitor.
- c) Porta-voz.
- d) Negociador.
- e) Agente de contato.

→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

4. (FGV – 2024) As funções administrativas são universais e representam os pilares fundamentais da gestão organizacional. Assinale a opção que apresenta as funções administrativas.

- a) Planejamento, direção, controle e ação.
- b) Iniciação, execução, monitoramento e encerramento.
- c) Planejamento, execução, avaliação e direção.
- d) Conceituação, desenvolvimento, implementação e avaliação.
- e) Planejamento, organização, direção e controle.

→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE

5. (FGV – 2025) Durante um seminário interno, a chefia da CPRM destacou que uma equipe pode ser eficiente, mas não eficaz, ou eficaz, mas desorganizada. O ideal é unir as duas dimensões para atingir o melhor desempenho.

Segundo o texto, a combinação de eficiência e eficácia conduz

- a) à excelência.
- b) ao aumento da produtividade.
- c) à melhoria contínua dos processos.
- d) ao alcance parcial dos objetivos propostos.
- e) à padronização das rotinas administrativas.

→ ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

6. (FGV – 2025) Considerando a evolução das teorias da administração e os diversos conceitos desenvolvidos ao longo do tempo para explicar a estrutura, o funcionamento e a gestão das organizações, avalie se os itens a seguir estão fundamentados na Administração Científica.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - FUNÇÕES DE GOVERNO

1. (FGV – 2025) O Município de Alfa decidiu implantar um novo sistema de transporte coletivo. Para isso, a Secretaria de Planejamento elaborou um programa de investimentos, com metas e valores estimados. A proposta foi encaminhada ao Legislativo, para análise da compatibilidade do projeto com as previsões de receita.

Esse procedimento caracteriza uma função típica do orçamento público relacionada à (ao):

- a) abertura de créditos suplementares para cobrir despesas imprevistas durante a execução do orçamento.
- b) autorização de empenhos obrigatórios em favor de políticas públicas com previsão no plano diretor municipal.
- c) planejamento das ações governamentais com base em escolhas financeiras.
- d) controle dos órgãos legislativos sobre os repasses do Fundo de Participação dos Municípios.
- e) descentralização da execução orçamentária entre entes federativos para viabilizar transferências voluntárias.

2. (FGV – 2022) Analise o trecho a seguir, retirado do sítio de internet da CNN:

“A PEC Emergencial cria cortes temporários de custos fixos – como redução de salário de servidores e congelamento de concursos públicos –, chamados de ‘gatilhos’. Eles seriam acionados sempre que as despesas começarem a ficar maior que as receitas. Como é o caso de 2021, todos os cortes começariam a ser feitos já neste ano, tão logo a PEC fosse aprovada”.

A notícia apresentada trata de uma proposta que foi discutida pelo governo para evitar desequilíbrios orçamentários. Evidencia-se, nesse caso um exemplo da função

- a) distributiva.
- b) participativa.
- c) estabilizadora.
- d) regulatória.
- e) alocativa.

→ CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

3. (FGV – 2024) O texto intitulado Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability, elaborado por diversos autores e publicado em abril de 2018 fornece uma definição clara e concisa de regras fiscais, explicando seu propósito e objetivos principais. Pode ser considerado um texto de referência introdutório sobre o tema das regras fiscais.

Assim, a partir dos conceitos de regras fiscais disseminados a partir dessa fonte de referência, a estratégia que pode ajudar os países a equilibrar a simplicidade e a flexibilidade na implementação de regras fiscais é

- a) aumentar o número de regras operacionais para garantir maior flexibilidade.
- b) criar regras fiscais complexas para abranger todas as situações possíveis.
- c) estabelecer um âncora da dívida como objetivo de longo prazo.
- d) adotar cláusulas de escape claras e enfatizar regras de gastos para permitir a operação de estabilizadores automáticos.
- e) reter a abordagem incremental e fragmentada na reforma das regras fiscais.

4. (FGV – 2023) Na administração pública o orçamento representa um dos mais importantes instrumentos de planejamento e de execução das finanças públicas.

Nesse sentido, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() O orçamento é um instrumento político essencial na consecução das prioridades da comunidade que corresponde a um contrato formulado anualmente entre governo e sociedade; é por intermédio dos instrumentos de planejamento orçamentário que se identificam as necessidades sociais e se constituem os compromissos de ação do poder público.

() Ao ver o orçamento como o resultado do processo de avaliação de demandas e de escolha entre alternativas, ressalta-se a sua natureza financeira; se destacadas questões fiscais – receitas, despesas, déficits e dívidas –, é a natureza econômica do orçamento que aflora.

() O Estado tem no Orçamento Público um elemento-chave da gestão dos seus recursos e a sociedade tem no processo orçamentário um mecanismo de controle social.

As afirmativas são, respectivamente,

REDAÇÃO OFICIAL

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL

1. (FGV – 2025) Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, a objetividade é uma das marcas de um texto de redação oficial. Para que essa objetividade seja atingida, é aconselhável, entre outras coisas,

- a) eliminar marcas de caráter informativo.
- b) mostrar a organização textual dos conteúdos.
- c) usar digressões temáticas.
- d) empregar linguagem culta ou erudita.
- e) construir textos longos em parágrafos extensos.

2. (FGV – 2024) Segundo os manuais de redação, os textos produzidos devem apresentar: clareza, concisão, precisão, correção e polidez. Um dos processos de obter-se clareza é o de construir as frases em ordem direta.

Assinale a frase que se encontra em ordem direta.

- a) Melhor do que roubar um banco é fundar um.
- b) Só quem é superficial conhece a si mesmo.
- c) Só uma coisa a vida ensina: a vida nada ensina.
- d) É mais fácil construir um menino que consertar um homem.
- e) A criança, como o homem, prefere divertir-se a instruir-se.

3. (FGV – 2024) Analise as assertivas a seguir:

I. A uniformidade do tempo verbal no emprego das sentenças, ao longo de todo o texto, se relaciona com o atributo da clareza.

II. A ausência de regionalismos e neologismos na comunicação se relaciona com o atributo da coesão.

III. A utilização de frases curtas e bem estruturadas se relaciona com o atributo da impessoalidade.

Segundo o MRPR, está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

4. (FGV – 2024) Uma das preocupações maiores dos redatores parlamentares é a ambiguidade, como a que se encontra na seguinte frase:

- a) Aprovar o projeto já não é uma preocupação do governo.
- b) Todos os projetos governamentais foram votados neste semestre.
- c) A Câmara e o Senado apresentaram suas posições à comissão.
- d) Todos os documentos foram enviados para a seção de registro.
- e) Os representantes do povo participaram ativamente dos debates.

5. (FGV – 2024) Observe o trecho seguinte, copiado de um manual de redação parlamentar:

A formalidade, no grau em que ocorre na esfera pública, não pode ser confundida com eruditismo, assim como a simplicidade deve ser distinguida da vulgaridade. A formalidade do texto parlamentar supõe um distanciamento entre os interlocutores e um grau maior de reflexão sobre a linguagem utilizada, o que afasta dos textos desse domínio discursivo os traços da espontaneidade e da intimidade. A simplicidade, por sua vez, tem a ver com o emprego de termos acessíveis, com a sintaxe direta com frases sem rebuscamento. Em um texto simples evitam-se hermetismos, excessos, inversões e jargões e somente se utilizam termos técnicos à medida que forem necessários à abordagem do assunto em discussão.

Assinale o trecho que parece respeitar as indicações indicadas no trecho copiado.

- a) Tal atitude, tomá-la-ei sempre que necessário for.
- b) Tais informações, esteja certo, ficarão entre nós como confidências de namorados.
- c) Senhores, serei direto como um chute nas partes baixas.
- d) É indispensável acoimar funcionários negligentes.
- e) É preciso ser um sábio para reconhecer outro.

6. (FGV – 2024) A redação oficial exige a utilização da linguagem culta.

Assinale a opção que apresenta uma frase inadequada, por conter marcas de linguagem popular.


- a) Não estou fazendo nenhuma dieta. Eu amo comer. Eu amo comida.
- b) Cozinhar é como amar. Entregue-se ou caia fora.
- c) Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele.
- d) Aprendi que espalhar as ervilhas no prato dá a impressão de que você comeu mais.
- e) Restaurante sofisticado: aquele que serve sopa fria de propósito.

7. (FGV – 2024) Redação oficial é o meio utilizado para o estabelecimento de relações de serviço na Administração Pública e corresponde ao modo uniforme de redigir atos normativos e comunicações oficiais.

Assinale a opção que apresenta o atributo de redação oficial que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras.

- a) Coesão.
- b) Clareza.
- c) Concisão.
- d) Coerência.
- e) Objetividade.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO